



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 15/04/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a decisão do Conselho de Ética pela cassação do mandato do Deputado Glauber Braga, classificando-a como injusta e desproporcional. Defendeu a reversão da punição na Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, alertou para os riscos da proposta de anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro, considerando-a inédita e um atentado à democracia. Ressaltou que o projeto visa anular condenações e favorecer a elegibilidade do ex-Presidente Jair Bolsonaro, alertando para a gravidade desse precedente.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado criticou a urgência na tramitação da lei da anistia na Câmara, afirmando que muitos não compreendem seu significado histórico. Destacou que o Brasil já anistiou crimes graves em períodos de golpes e ditaduras, e que agora se tenta anistiar novamente participantes de atos golpistas, como os do 8 de janeiro. Recordou episódios da repressão durante a ditadura militar e condenou o uso da palavra democracia para justificar retrocessos. Defendeu que o País não repita o erro de conceder anistias a quem atenta contra o regime democrático.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado lamentou a morte de uma criança em desafio no *TikTok* e defendeu a regulação das redes sociais para proteger crianças e adolescentes. Anunciou apoio à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre crimes digitais contra menores, iniciativa da Deputada Maria do Rosário. Ademais, destacou medidas do Governo Federal, como a atualização da tabela do Imposto de Renda e a retomada da vacinação infantil em escolas, além do lançamento da caderneta de vacinação digital. Ressaltou avanços do Sistema Único de Saúde (SUS) e criticou a gestão anterior, defendendo ainda a aprovação da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a taxação de lucros e dividendos para promover justiça tributária.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula, destacando dados de uma pesquisa do Datafolha que apontam 58% dos brasileiros reduzindo gastos com alimentos e 83% responsabilizando o Governo pela alta inflação nos preços. Afirmou que a rejeição ao Governo é alta e que o Partido dos Trabalhadores perdeu o controle. Também comentou sobre o projeto de anistia, defendendo que a Esquerda está sendo antidemocrática ao não pautá-lo, apesar de ter 262 assinaturas. Por fim, questionou a postura do Partido



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Socialismo e Liberdade (PSOL) em relação à prisão domiciliar do Deputado Chiquinho Brazão, sem críticas à decisão do Ministro Alexandre de Moraes.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado registrou sua alegria pela presença do Deputado Estadual Carlos Humberto, de Santa Catarina, durante a sessão. Destacou o trabalho do Deputado na Assembleia Legislativa, especialmente em Balneário Camboriú (SC), e a sua contribuição para o mandato. Mencionou que ele traz diversas demandas de sua cidade e falou sobre a administração local, mencionando a Prefeita Juliana e o Vice-Prefeito Nilson Probst. Também expressou o desejo de contar com o Deputado Estadual Carlos Humberto em Brasília (DF) na próxima legislatura, embora ele ainda esteja focado em sua atuação na Assembleia.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a disseminação de informações falsas sobre o ex-Presidente Bolsonaro, mencionando um vídeo que sugeria que o ex-Presidente estaria manipulando sua situação de saúde para angariar apoio para o projeto da anistia. Rejeitou essa narrativa e defendeu o bom senso e o caráter dos Parlamentares na Câmara. Também se opôs à proposta de regulação das redes sociais, considerando-a uma forma disfarçada de censura, e reafirmou seu compromisso com a defesa da liberdade de expressão no Brasil.

Florentino Neto (PT - PI) - O Deputado destacou a importância do Programa Acredita, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, sob liderança do Ministro Wellington Dias. Informou que o programa já destinou R\$ 726 milhões em microcrédito a 87 mil famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), impulsionando o empreendedorismo de baixa renda. Além disso, enfatizou que a iniciativa promove autonomia financeira e reduz a dependência de programas de transferência de renda. Ressaltou também o papel do Banco do Nordeste como principal agente de crédito e defendeu o apoio a ações que fortalecem a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado alertou sobre o êxodo rural silencioso e crescente no Brasil, causado pela insegurança no campo. Destacou quatro fatores principais que contribuem para essa situação: a demarcação arbitrária de terras indígenas, o incentivo a movimentos que invadem propriedades, a atuação de fiscais que acusam produtores rurais de escravização sem base real e a redução de recursos destinados ao Seguro Rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Por fim, criticou o abandono das propriedades por jovens e o risco de entrega de terras a grandes empresas, prejudicando a produção de alimentos essenciais no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado expressou sua solidariedade ao ex-Presidente Bolsonaro após sua sétima cirurgia, consequência do atentado sofrido em 2018. Também criticou o jornal *O Globo* por publicar uma piada insensível sobre o estado de saúde do ex-Presidente, considerando-a cruel e irresponsável. Lamentou a forma como a mídia tratou a situação, ressaltando a luta de Bolsonaro contra adversidades durante seu mandato, incluindo a pandemia e diversos desafios. Concluiu com votos de recuperação plena ao ex-Presidente, destacando sua fé e resiliência.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado complementou a fala do Deputado Carlos Jordy, desejando pronta recuperação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, criticando o jornal *O Globo* por ter feito uma "brincadeira covarde" contra Bolsonaro, que passou por uma cirurgia longa em decorrência do atentado que sofreu em 2018. Ressaltou que Bolsonaro foi eleito sem estrutura partidária e com o apoio popular, e reafirmou apoio à sua candidatura em 2026, criticando setores que, em sua visão, tentam impedir sua participação. Finalizou repudiando a postura do jornal *O Globo* e a atuação do Judiciário, que classificou como excessivamente política.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado pediu apoio a projetos de lei de sua autoria que visam aperfeiçoar o programa Minha Casa, Minha Vida, do qual participou na construção. Mencionou, entre suas propostas, a alteração do critério de déficit habitacional de regional para municipal e a priorização de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias no acesso às moradias, desde que cumpram os requisitos do programa. Destacou também a importância das melhorias nas habitações, como áreas externas e bibliotecas, e elogiou o trabalho do Ministro Jader Filho e do Presidente Lula na retomada e ampliação do programa, citando exemplos de obras em andamento no Maranhão.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado manifestou indignação com a notícia de que Ministros do Governo Lula apostam na intervenção do Supremo Tribunal Federal para salvar o Deputado Glauber Braga de uma possível cassação, o que seria uma interferência indevida de outro Poder nos assuntos internos da Câmara dos Deputados. Defendeu o respeito ao Regimento Interno da Casa e a preservação do direito de defesa dos Parlamentares, criticando a atitude de instigar conflitos entre Poderes e alertando que isso representa um grave risco para a democracia.

Nicoletti (UNIÃO - RR) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública proposta pelo Governo Federal, acusando-a de enfraquecer as polícias estaduais e municipais, além de desvalorizar a Polícia Rodoviária Federal (PRF) ao tentar mudar seu nome. Denunciou a falta de medidas para reforçar a segurança nas fronteiras, especialmente frente à atuação do grupo criminoso Tren de Aragua em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Roraima, e defendeu um projeto de lei para deportar imediatamente estrangeiros que cometam crimes no Brasil. Além disso, acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de parcialidade e cobrou uma atuação mais firme do Congresso Nacional no combate ao crime organizado e na proteção das forças policiais.

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado defendeu as forças policiais e falou contra a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em temas que envolvem o Legislativo. Criticou o restabelecimento do mandato de Renato Freitas, que havia sido cassado após invasão a uma igreja em Curitiba, e denunciou que esse Deputado Estadual e outros Parlamentares de esquerda desrespeitam e criminalizam policiais em suas ações legítimas de combate ao crime. Atacou também a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança enviada pelo Governo, chamando-a de tentativa de chantagem contra os Estados, e reafirmou seu apoio incondicional às polícias brasileiras, especialmente à Polícia Rodoviária Federal (PRF). Concluiu com críticas ao Ministro Alexandre de Moraes e à imprensa, especialmente ao jornal O Globo.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado desejou rápidas melhoras ao ex-Presidente Bolsonaro e relatou sua recente viagem pela Região Tocantina do Maranhão, destacando a posse do novo diretório do Republicanos em Imperatriz (MA) e elogiando a gestão de Prefeitos aliados em Loreto (MA), Benedito Leite (MA), Tasso Fragoso (MA) e Fortaleza dos Nogueiras (MA). Anunciou investimentos em saúde, educação, infraestrutura e turismo, como a urbanização da Lagoa das Palmeiras. Criticou ainda a postura do jornal *O Globo* ao tratar da saúde de Bolsonaro, pedindo respeito e condenando a exploração política de sua doença.

Marx Beltrão (PP - AL) - O Deputado anunciou que assumiu oficialmente o cargo de Secretário de Comunicação da Câmara dos Deputados. Agradeceu ao Presidente Hugo Motta, ao Progressistas e reafirmou o compromisso de fortalecer a comunicação pública da Câmara. Destacou que pretende ampliar a transparência, modernizar os canais de comunicação, valorizar a TV, a Rádio e a Agência Câmara, investir no programa de visitação institucional, expandir o Centro Cultural e fortalecer a Rede Legislativa de Rádio e TV. Por fim, ressaltou que a comunicação da Casa será guiada pelo pluralismo, pela verdade e pelo interesse público, com o objetivo de aproximar o Parlamento da população e combater a desinformação.

Luciano Vieira (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado fez um apelo pela pacificação política no Congresso Nacional. Defendeu que o debate na Câmara dos Deputados seja feito com responsabilidade, serenidade e compromisso com o Brasil, criticando o acirramento da polarização e os discursos de ódio. Manifestou discordância em relação aos ataques verbais contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e, em especial, ao Ministro Alexandre de Moraes, propondo a abertura de um canal de diálogo institucional. Destacou a importância da harmonia entre os Poderes e colocou-se à disposição para ajudar na construção de uma saída



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

serena para as tensões políticas, especialmente as decorrentes dos eventos de 8 de Janeiro. Por fim, conclamou seus colegas a focarem nas pautas essenciais para o povo brasileiro, como saúde, educação, segurança e emprego.

Antonio Carlos Rodrigues (PL - SP) - O Deputado explicou sua decisão de não assinar o requerimento de urgência para o projeto de anistia aos envolvidos no ato de 8 de Janeiro, destacando que a proposta poderia comprometer a separação dos Poderes e criar um precedente perigoso para futuras rupturas institucionais. Criticou a falta de critérios no projeto e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para revisá-lo. Respondeu também a críticas do Pastor Silas Malafaia, afirmando que ele deveria participar do debate político por meio do processo eleitoral. Reafirmou seu compromisso com a pacificação institucional e sua trajetória no Partido Liberal (PL), destacando que não permitirá que novos membros do partido ditem regras para ele.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado saudou a Vice-Prefeita de Cabedelo (PB), Camila Holanda, destacando a importância da cidade portuária da Paraíba na economia e no turismo. Elogiou o trabalho de Camila, que foi eleita no ano anterior e conquistou a população local com seu carisma. Além disso, se comprometeu a apoiar a cidade, oferecendo recursos para resolver questões como segurança pública, moradia, infraestrutura e turismo, e afirmou que toda a bancada paraibana está à disposição para ajudar no desenvolvimento de Cabedelo.

Silvia Waiãpi (PL - AP) - A Deputada agradeceu à Polícia Legislativa, ao Depol e à Polícia Militar do Distrito Federal pela proteção que recebeu após ameaças de morte. Relatou ter sido ameaçada por uma assessora de um Deputado Federal e novamente por grupos, durante o Acampamento Terra Livre (ATL), quando tentaram invadir a Câmara. Criticou manifestações violentas de grupos indígenas, destacando que, enquanto respeita os direitos dos povos indígenas, acredita que essas ações não devem ferir a propriedade de outros cidadãos. Denunciou também tentativas de desestabilizar o Brasil, especialmente a soberania da Amazônia, e afirmou que a Constituição de 1988, que reconhece os indígenas como cidadãos com direitos, deve ser respeitada. Por último, agradeceu pela proteção que lhe foi oferecida, destacando a importância da segurança pública e da estabilidade democrática.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado defendeu do Departamento de Polícia Legislativa (Depol), criticando a tentativa de desmoralizar a atuação dos agentes de segurança que protegem a Câmara dos Deputados. Destacou que os protocolos de contenção de distúrbios e proteção de instalações físicas foram seguidos corretamente, com o uso de agentes químicos apenas após o rompimento da barreira de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Repudiou a atitude de alguns Parlamentares que têm atacado a reputação do Depol e sugeriu que a Câmara faça uma representação formal para defender a instituição que protege os Parlamentares e a Casa.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado expressou total apoio ao Departamento de Polícia Legislativa (Depol), elogiando sua atuação eficaz ao impedir uma invasão na Câmara dos Deputados durante uma manifestação, que foi liderada por membros da Esquerda, incluindo Deputados do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e indígenas. Criticou o comportamento de alguns manifestantes, apontando que, enquanto manifestações de grupos de apoio ao Governo são vistas como democráticas, protestos contrários são considerados golpes de Estado. Ressaltou o papel crucial do Depol em evitar violência e destruição no Congresso, agradecendo pela proteção dos Parlamentares e do Congresso Nacional.

Rodrigo Valadares (UNIÃO - SE) - O Deputado comemorou o protocolo do requerimento de urgência para a tramitação do projeto de anistia, defendendo que a medida é justa para as pessoas envolvidas nos acontecimentos de 8 de janeiro. Afirmou que o apoio de 264 assinaturas para o requerimento demonstra a sensibilidade da Casa para com a anistia humanitária. Criticou o tratamento das pessoas presas após o episódio, comparando-o ao tratamento mais brando dado a outras manifestações, e acusou o Governo e a esquerda de serem desumanos.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a extrema-direita, destacando sua postura de ódio e insensibilidade, em contraste com o tratamento dado ao ex-Presidente Lula durante sua prisão e recuperação de saúde. Condenou a tentativa de anistiar os envolvidos no ataque de 8 de janeiro de 2023, qualificando essa proposta como uma tentativa de libertar o ex-Presidente dos seus crimes. Afirmou que a anistia é uma medida para quem já está condenado e defendeu que o crime, especialmente o rompimento do pacto democrático, não deve ser perdoado. Ressaltou, ainda, que 52% da sociedade rejeitam a anistia e finalizou com um apelo ao amor como força para vencer o ódio.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou a decisão da Suprema Corte de anular os processos contra o Presidente Lula em 2021, chamando-a de "golpe de Estado" e "heresia jurídica". Apesar da anulação, ressaltou que as provas de corrupção e lavagem de dinheiro ainda estão presentes, apresentando uma lista detalhada de documentos e depoimentos que comprovariam os crimes. Acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de proteger Lula, enquanto defendeu a aprovação de uma anistia para pessoas inocentes, mas sem perdão para criminosos como o Presidente. Concluiu afirmando que, enquanto o STF não fez justiça, o Congresso deve assumir essa responsabilidade em favor da população brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu a realização de um plebiscito para que o povo decida sobre a concessão de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Argumentou que a população deve ser ouvida diretamente em um tema tão divisivo, e que nem o Parlamento nem as instituições judiciais possuem legitimidade plena para tomar essa decisão sozinhos. Destacou a importância de distinguir entre os diferentes níveis de envolvimento nos atos e afirmou que um plebiscito seria um passo para pacificar o País, comparando a proposta ao processo que definiu a forma de governo em 1993. Além disso, relatou visitas a Municípios afetados pela queda de uma ponte sobre o Rio Tocantins e apresentou projetos de lei para obrigar inspeções periódicas em obras públicas e criar planos de emergência em casos de desastres, propondo também um fundo específico para manutenção dessas infraestruturas.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado manifestou pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Luís Cardoso, aos 65 anos. Informou que Cardoso teve uma carreira marcante em diversos veículos impressos e televisivos do Maranhão, sendo fundador da revista *Atos & Fatos* e do influente *Blog do Luís Cardoso*, considerado o *site* mais acessado do Estado. Ressaltou a importância de sua contribuição para o jornalismo político maranhense e prestou condolências à família, destacando a atuação do jornalista na cobertura da política local.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a condução da segurança pública pelo Governo Federal e pelo Ministério da Justiça, defendendo a atuação integrada das forças policiais e repudiando declarações que apontam falta de cooperação entre elas. Destacou operações bem-sucedidas contra o tráfico de drogas, questionou a efetividade da Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública e criticou o sistema penal brasileiro, que favoreceria criminosos em detrimento das vítimas e dos agentes de segurança. Condenou práticas como a audiência de custódia e a política de desencarceramento, e defendeu um sistema de justiça mais rígido, com investimentos em presídios e ações efetivas contra o crime organizado e a impunidade.

Fausto Santos Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado fez um apelo contra a desativação do posto do Ibama no aeroporto de Manaus, destacando que a medida prejudica gravemente o mercado legal de exportação de peixes ornamentais, atividade essencial para a subsistência de muitas famílias da zona rural do Rio Negro. Alertou que essa decisão pode incentivar o tráfico ilegal de animais silvestres e forçar trabalhadores à informalidade. Informou já ter tratado do tema com o Ministro da Pesca e o Vice-Presidente da República, e pediu a reativação do posto como forma de preservar a economia local e combater a ilegalidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) e defendeu o pedido de anistia para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, argumentando que muitos estão sendo punidos injustamente. Afirmou que o STF age de forma autoritária, comete abusos, persegue adversários políticos e se coloca como um "Poder moderador" acima do Legislativo e do Executivo. Afirmou que a anistia é necessária não como confissão de culpa, mas como resposta a condenações que considera ilegítimas. Por fim, conclamou o Congresso a reagir contra o que classificou como abusos do Judiciário.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Presidente Lula por declarações recentes que desrespeitariam a gravidade da facada sofrida por Jair Bolsonaro em 2018. Acusou Lula de fazer chacota com um atentado que quase tirou a vida do ex-Presidente, ressaltando as várias cirurgias pelas quais Bolsonaro passou desde então. Afirmou que as falas de Lula são irresponsáveis e inaceitáveis para alguém que ocupa o cargo mais alto da República.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF), acusando alguns de seus Ministros de agirem como "mafiosos", ao usarem métodos inescrupulosos para controlar a política e pressionar Parlamentares contrários à sua agenda. Baseado em matérias jornalísticas, afirmou que há uma tentativa de intimidação contra aqueles que defendem a anistia de manifestantes, e relatou que foi ameaçado após declarações feitas na tribuna. Condenou também a fala do Ministro Gilmar Mendes, que comparou a Operação Lava Jato ao PCC, e questionou a falta de consequências legais para esse tipo de declaração. Por fim, criticou a suposta hipocrisia de Parlamentares de esquerda, que ignoram a perseguição política contra adversários, mas se mobilizam quando os alvos são de seu grupo.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por misturar julgamento jurídico com político no caso dos atos de 8 de janeiro de 2023, cujo prejuízo foi de R\$ 16 milhões. Comparou esse valor às perdas de R\$ 17,7 bilhões da Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, em 2024, atribuídas à má gestão do presidente João Luiz Fukunaga, nomeado por João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT). Citou, ainda, uma auditoria aberta pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para investigar possíveis irregularidades, conflitos de interesse e uso indevido da posição para obter vantagens pessoais, como assento no conselho da Vale com salário milionário. Encerrando, alertou para o risco que essa má gestão representa para milhares de pensionistas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou as precárias condições da Cadeia Pública de Cuité (PB), cuja segurança é responsabilidade do 9º Batalhão da Polícia Militar. Afirmou que imagens e fotos comprovam a situação degradante enfrentada tanto por policiais quanto por detentos e criticou a falta de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

atenção do Governador João Azevêdo, aliado do Presidente Lula, à segurança pública. Fez um apelo por providências urgentes, destacando que a unidade prisional "pede socorro".

Sargento Fatur (PSD - PR) - O Deputado se pronunciou sobre a anistia, defendendo a sua posição a favor da medida, apesar das críticas de veículos de imprensa e da Esquerda. Explicou que, embora sua trajetória seja de combate à criminalidade, acredita que as pessoas envolvidas no episódio de 8 de janeiro não eram golpistas, mas sim cidadãos revoltados com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-condenado por corrupção. Criticou a ideia de golpe, afirmando que não houve tentativa de golpe no Brasil, mas sim uma manifestação popular contra a eleição de Lula. Além disso, questionou a desigualdade no tratamento de Parlamentares que chamam Lula de "ladrão" e outros que foram absolvidos por falas semelhantes.

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado fez um apelo urgente ao Ministério da Saúde para a reposição imediata de mais de mil frascos e canetas de insulina que foram roubados à mão armada em Uberlândia (MG). Classificou o crime como um atentado à vida, já que paciendurecer as penas em casos de roubo de medicamentos com diabetes não podem ficar sem medicação sob risco de morte. Além disso, anunciou a apresentação de um projeto de lei para entos, especialmente quando envolvem risco direto à saúde e à vida da população.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a proposta de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, afirmando que esses atos incluíram tentativa de golpe, depredações e ameaças à vida de autoridades. Denunciou a tentativa de impunidade generalizada, inclusive para financiadores e organizadores. Também questionou o uso político do Conselho de Ética contra o Deputado Glauber Braga e destacou a disparidade de tratamento em casos de agressões físicas no Parlamento. Finalizou defendendo a democracia e mencionando avanços do atual Governo, como a queda no desemprego, o retorno de programas sociais e o reforço na vacinação.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a votação do pedido de urgência do projeto de anistia às pessoas presas após os atos de 8 de janeiro. Comparou a situação atual com a anistia ampla, geral e irrestrita aprovada na ditadura militar, destacando que até exilados e pessoas acusadas de terrorismo foram perdoados na época. Criticou o Governo Lula, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Rede Globo, acusando-os de hipocrisia por se oporem à anistia agora, apesar de defenderem esse princípio no passado. Ressaltou que o objetivo não é perdoar criminosos perigosos, mas pessoas que foram presas injustamente, como a cabeleireira Débora. Por fim, pediu que a Mesa Diretora da Câmara paute a urgência do projeto e permita que o plenário decida democraticamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

ORDEM DO DIA

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas.

Ribamar Silva (PSD - SP) - O Deputado registrou a visita do Vereador Fabinho Reis, de Carapicuíba (SP), à Câmara dos Deputados. Destacou o trabalho do Parlamentar municipal, que foi o mais votado nas últimas eleições na cidade e que atua com dedicação em favor da população. Ressaltou que a visita teve como objetivo buscar recursos para Carapicuíba e fortalecer as ações da Prefeitura local. Por fim, parabenizou o Vereador pela atuação e colocou seu gabinete e o Parlamento federal à disposição para contribuir com o desenvolvimento do Município.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas. Ao final, anunciou que voltará a debater a crise da segurança pública, classificada como o tema mais sensível para a população brasileira em 2025.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação o Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas. Na oportunidade, reiterou o apelo pela revisão do Código Penal brasileiro, ressaltando que a legislação em vigor é da década de 1940 e não reflete mais a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

realidade do País em 2025. Mencionou o assassinato de uma recém-nascida em Alagoas, episódio que revelaria a necessidade de penas mais severas, como a prisão perpétua. Concluiu destacando que a sociedade cobra respostas firmes do Congresso Nacional e defendeu que o Parlamento assuma a responsabilidade por atualizar a legislação penal.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas. Na oportunidade, apontou que o atual Presidente da República deveria estar preso pelos supostos crimes que cometeu e que não teriam sido julgados com isenção, mas anulados por manobras jurídicas. Concluiu criticando a atuação do Governo diante da insegurança no país.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas. Além disso, defendeu medidas complementares, como a regulação das redes sociais que seriam terreno fértil para a prática de crimes de ódio. Em seguida, afirmou confiar na Justiça e reiterou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro deve ser responsabilizado pelas tentativas de golpe de Estado, incluindo ataques às instituições e ações violentas planejadas durante o período de transição; e rejeitou a ideia de apagar da memória o episódio do 8 de Janeiro, apontando sua gravidade e impacto sobre a democracia brasileira.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada repudiou a ação policial durante a marcha do Acampamento Terra Livre (ATL), que impediu a entrada da Deputada Célia Xakriabá no Congresso e deixou indígenas desacordados. Explicou que o episódio é expressão do racismo estrutural no Brasil, que historicamente marginaliza e violenta povos originários. Reafirmou solidariedade à Deputada Célia e aos participantes do ATL, destacando que o movimento indígena atua de forma pacífica em defesa da democracia e dos direitos. Por fim, criticou tentativas de equiparar o ATL aos ataques golpistas do 8 de Janeiro, ressaltando que aqueles atentaram contra as instituições, ao contrário das mobilizações dos povos indígenas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas. Em seguida, criticou a Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Governo na área de segurança pública. Criticou o Presidente Lula, questionando sua credibilidade e acusando-o de desrespeitar mulheres, pessoas com deficiência, pobres e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

trabalhadores. Afirmou que a proposta não oferece soluções concretas para o combate à criminalidade e acusou o Governo de evitar pautas estruturais como a criação de um piso salarial nacional para os profissionais da segurança e a modernização do Código Penal. Por fim, rejeitou a centralização das forças policiais no Governo Federal e pediu o arquivamento do texto.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada agradeceu o apoio dos colegas à aprovação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, que altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas, destacando sua relevância em um país com envelhecimento populacional crescente e maioria composta por mulheres negras. Reconheceu o papel da autora da proposta, Deputada Silvyne Alves, e reforçou a importância de debates parlamentares comprometidos com a transformação da realidade brasileira. Além disso, defendeu que a Câmara deve se concentrar em iniciativas que dialoguem com a diversidade e com as urgências sociais, ao invés de discursos que distorcem fatos. Por fim, ressaltou que legislar com responsabilidade é uma forma de respeito à população.

BREVES COMUNICAÇÕES

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado informou que representantes do setor agropecuário gaúcho participaram de duas reuniões em Brasília (DF): uma no Ministério da Fazenda, sobre a securitização de dívidas; e outra no Banco Central, com presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Tribunal de Contas da União (TCU). Ressaltou que essa articulação começa a gerar resultados, especialmente no que diz respeito ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Por fim, anunciou que mudanças no Proagro devem ser formalizadas em breve por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), como resposta às demandas dos agricultores do Rio Grande do Sul.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado prestou contas à população da Paraíba, destacando a entrega de um microscópio cirúrgico ao Hospital São Vicente de Paulo, em João Pessoa (PB), equipamento adquirido por meio de emenda parlamentar no valor de quase R\$ 1 milhão. Ressaltou que os recursos destinados são oriundos do orçamento público e voltados diretamente para beneficiar a população. Também mencionou aportes a outras unidades hospitalares, como o Hospital da FAP, o Hospital do Bem e o Hospital Napoleão Laureano. Por fim, afirmou estar honrado em contribuir com a saúde pública do Estado e agradeceu aos eleitores paraibanos pela expressiva votação recebida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada denunciou o que considerou uma injustiça contra o Deputado Glauber Braga, que iniciou uma greve de fome após a aprovação, pelo Conselho de Ética, de parecer favorável à sua cassação. Destacou que o motivo da punição teria sido uma reação verbal a uma provocação pessoal envolvendo sua mãe, falecida semanas depois, sem que houvesse agressão física. Criticou a desproporcionalidade da pena em relação a outros casos, citando o exemplo de um Deputado acusado de envolvimento no assassinato de uma Vereadora que segue com mandato. Concluiu defendendo que a cassação representaria uma ameaça à democracia e às liberdades parlamentares.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou preocupação com o que classificou como uma crise institucional envolvendo a Suprema Corte e o Executivo. Criticou suposta pressão de um Ministro do Supremo Tribunal Federal sobre o Presidente Lula em razão da participação de partidos do Centrão em Ministérios, afirmando que isso representaria afronta à Lei nº 1.079/1950 e à democracia. Denunciou também o que chamou de chantagem institucional, ao comentar que setores da imprensa estariam incentivando o Governo a retirar cargos e emendas desses partidos. Encerrou alertando a população sobre quem está no comando do país.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou a dinâmica política entre Esquerda, Direita e Centrão, afirmando que o último sempre se beneficia das disputas entre os dois primeiros. Utilizou como exemplo os casos do ex-Deputado Daniel Silveira e do Deputado Glauber Braga, apontando que o Centrão teria usado a Esquerda para prender um e agora usaria a Direita para cassar o outro. Destacou a desproporcionalidade das penas impostas aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro e questionou a ausência de equilíbrio nas punições. Por fim, também criticou o modelo de votação baseado em emendas e assistencialismo, sugerindo que poucos Deputados possuem voto de opinião.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado afirmou que defender Jair Bolsonaro na atual conjuntura é uma tarefa difícil diante das acusações que pesam contra o ex-Presidente, como a tentativa de golpe de Estado e o plano para assassinar autoridades. Contrapôs essa realidade aos avanços do Governo Lula, destacando crescimento econômico, queda no desemprego, retomada de programas sociais como o Mais Médicos e o Minha Casa, Minha Vida, além da recuperação de políticas educacionais e ambientais. Além disso, ressaltou a redução da fome, o combate ao crime organizado e o prestígio internacional do Brasil. Encerrou rejeitando qualquer possibilidade de anistia a golpistas e pediu reflexão à Oposição.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado saudou os 80 anos de fundação do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (Sinjorba), celebrados em 14 de abril, e destacou a importância do jornalismo profissional para a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

democracia. Defendeu a valorização da categoria, com formação de qualidade, carteira assinada e direitos assegurados. Homenageou Moacy Neves, atual Presidente da entidade, e prestou tributo à memória de Kardé Mourão, ex-Presidente do sindicato, reconhecendo sua atuação histórica em defesa da profissão e da liberdade de imprensa no Estado da Bahia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo ao plenário da Câmara e à população brasileira por orações em favor do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Relembrou o atentado ocorrido em 2018, quando Bolsonaro foi vítima de uma facada durante a campanha eleitoral, e destacou que, desde então, ele já passou por sete cirurgias. Também que o ex-Presidente ainda enfrenta complicações decorrentes do episódio e se recupera da última intervenção, que durou 12 horas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado relembrou o massacre ocorrido em 2011 na Escola Municipal Tasso da Silveira (RJ), que deixou 12 estudantes mortos e 22 feridos. Destacou que a maioria das vítimas eram meninas, evidenciando a motivação misógina do autor, identificado como um “incel”. Também cobrou da Prefeitura do Rio o retorno do apoio psicológico às vítimas e familiares e defendeu a aprovação no Senado do Projeto de lei 5.669, de 2023, que prevê pensão vitalícia para vítimas de violência escolar. Ao final, pediu investimentos em equipes multidisciplinares, segurança e estrutura nas escolas, reafirmando solidariedade à comunidade escolar e o compromisso de impedir que tragédias como essa se repitam.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou que o Brasil está em processo de reconstrução sob o Governo Lula, após um período de desmonte institucional. Destacou avanços em áreas como educação, cultura, moradia, segurança alimentar e combate à fome, além da retomada de políticas públicas abandonadas. Criticou a proposta de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e defendeu a responsabilização dos golpistas. Ao final, expressou solidariedade ao Deputado Glauber Braga, ameaçado de cassação, e denunciou agressões contra a Deputada Célia Xakriabá e povos indígenas.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada elogiou a decisão do Governo Federal de iniciar um programa nacional de vacinação em todas as escolas públicas do País. Acrescentou que a ação, lançada pelos Ministros Camilo Santana e Alexandre Padilha, com apoio do Presidente Lula, tem como foco a imunização de adolescentes até o dia 25 de abril. Destacou que a medida enfrenta a desinformação do movimento antivacina e reforça a importância de proteger a juventude diretamente nos espaços escolares. Por fim, fez um apelo à população para aderir à campanha, reforçando que a vacinação é essencial para garantir uma geração saudável.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou a condução econômica e política do Governo Federal, classificando-o como perdulário e responsável pela deterioração das instituições. Apontou o aparelhamento do Estado, a normalização da corrupção e o declínio da educação pública como reflexos de prioridades invertidas. Rejeitou políticas assistencialistas, cotas e ações afirmativas, defendendo investimentos estruturais na base educacional. Denunciou o que chamou de “cultura do medo”, que silencia opositores e jornalistas, e criticou a impunidade e seletividade na aplicação da lei. Também condenou a impunidade e apontou a necessidade de mudanças estruturais, como o fim do foro privilegiado, referindo-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, e a prisão após condenação em segunda instância previsto na Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado anunciou a assinatura do decreto do Propag pelo Presidente da República e cobrou do Governador Cláudio Castro ações imediatas em favor do Estado do Rio de Janeiro. Informou que a medida destrava investimentos e permite atender compromissos antigos, como a reposição inflacionária de servidores e o pagamento de pendências a veteranos e pensionistas. Também destacou a inclusão da segurança pública no programa e defendeu que ela seja tratada como prioridade. Ao final, criticou a politização do debate sobre anistia, pedindo equilíbrio e justiça, sem acobertar crimes graves.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou duas questões em discussão no Congresso: a proposta de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e o processo de cassação do Deputado Glauber Braga. Condenou a tentativa de anistiar agentes de alto escalão ligados ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que isso representaria impunidade e ameaça à democracia. Também denunciou a cassação de Glauber como perseguição política motivada por sua oposição ao Presidente da Câmara, Arthur Lira. Por fim, apelou ao diálogo e pediu que a Casa respeite o Estado democrático de direito, alertando para as graves consequências institucionais caso essas ações avancem.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado levou ao Plenário um apelo do movimento de Pessoas com Deficiência (PCD) e Doenças Raras. Solicitou a derrubada dos vetos presidenciais aos Projetos de Lei nº 5.332, de 2023 nº 6.064, de 2023, e nº 2.687, de 2022, que tratam de laudo permanente para PCDs, indenização e pensão a pessoas afetadas pelo zika vírus e reconhecimento legal do diabetes tipo 1 como deficiência. Também defendeu a manutenção do Veto nº 13, de 2024, aposto à Lei nº 14.874, de 2024, que trata do fornecimento de medicamentos experimentais.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a proposta do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de excluir os gastos com segurança pública dos limites do novo arcabouço fiscal, objeto da Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

Complementar nº 200, de 2023. Esclareceu que a medida representaria uma grave flexibilização das regras fiscais e enfraqueceria ainda mais um instrumento já fragilizado. Defendeu que a segurança pública deve ser tratada como prioridade, mas por meio de cortes em gastos excessivos e revisão de privilégios, e não por exceções legais. Por fim, afirmou que responsabilidade fiscal é condição essencial para a justiça social e acusou o Governo de agir com foco em gastos imediatistas, sem considerar as consequências futuras.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o primeiro ano de vigência da Lei nº 14.826, de 2024, de sua autoria, que instituiu a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças. Destacou que a legislação representa um avanço na proteção da infância, especialmente diante de dados que apontam que a maioria dos casos de violência ocorre dentro de casa. Também defendeu a importância de políticas públicas que fortaleçam vínculos familiares saudáveis e promovam o desenvolvimento infantil, com base em evidências científicas. Ao final, reafirmou o compromisso com a implementação da lei e com a construção de um ambiente seguro, afetuoso e respeitoso para todas as crianças.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 2.234, de 2023, que inclui os agentes de trânsito nas ações financiadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública. Destacou que esses profissionais exercem papel essencial na prevenção de acidentes e no enfrentamento de crimes, atuando muitas vezes na linha de frente sem estrutura adequada. Argumentou que o apoio financeiro permitirá investimentos em capacitação, equipamentos e integração com outras forças de segurança. Ao final, ressaltou que a valorização dos agentes de trânsito é estratégica para a redução de mortes nas vias e para a construção de cidades mais seguras.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou o início das obras de extensão da Avenida Litorânea, em São Luís (MA), destacando o investimento superior a R\$ 235 milhões como símbolo de desenvolvimento sustentável e integração urbana. Elogiou a gestão do Governador Carlos Brandão e ressaltou que a nova via incluirá saneamento básico, ciclovia, áreas de lazer, iluminação eficiente e espaços públicos, promovendo mobilidade, segurança e qualidade de vida. Ao final, apontou ainda os impactos positivos da obra no turismo, na economia local e na valorização da cidadania maranhense, reforçando o compromisso com obras estruturantes e inclusivas.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado destacou em seu discurso a importância da pesca artesanal e da agricultura familiar para comunidades brasileiras, especialmente na região amazônica. Enfatizou que 90% dos pescadores do País são artesanais e contribuem com até 70% da produção pesqueira nacional. Relatou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 50.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/04/2025

visita recente a Manacapuru (AM), onde reforçou apoio à criação de um porto exclusivo para a pesca artesanal e discutiu soluções com representantes do setor. Também mencionou reunião com o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto, para pedir agilidade na emissão da carteira de produtor rural, essencial para garantir direitos aos agricultores.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado alertou sobre os graves impactos sociais e econômicos causados pelos jogos e apostas virtuais no Brasil, destacando o uso indevido de recursos do Bolsa Família e a influência negativa de influenciadores digitais. Defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.915, de 2023, que proíbe a divulgação de apostas por influenciadores, e pediu a criação urgente de uma CPI das Apostas, na Câmara. Também destacou os avanços na infraestrutura do Tocantins, com foco na hidrovia do Rio Tocantins e investimentos estaduais liderados pelo Governador Wanderlei Barbosa, que têm impulsionado o crescimento econômico e a geração de empregos. Por fim, propôs os Projetos de Lei nºs 30 e 31, de 2025, com o objetivo de garantir a segurança de pontes e viadutos em todo o País, em resposta ao desabamento da ponte Juscelino Kubitschek.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado defendeu a importância dos projetos sociais esportivos voltados a crianças e adolescentes. Ressaltou que o esporte é uma ferramenta de inclusão, saúde e transformação social, especialmente em comunidades vulneráveis. Também destacou que destina grande parte de suas emendas parlamentares a iniciativas esportivas de base e pediu mais apoio e políticas públicas permanentes para o setor. Finalizou afirmando que investir na juventude é construir um futuro mais justo e promissor para o Brasil.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado manifestou apoio à Medida Provisória nº 1.292, de 2025, que regulamenta o crédito consignado para trabalhadores do setor privado, incluindo celetistas e microempreendedores individuais. Informou que a medida democratiza o acesso ao crédito, promove a inclusão financeira e estimula o consumo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades. Também destacou o uso da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital) e a garantia pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como mecanismos que tornam os empréstimos mais acessíveis e seguros. Por fim, alertou para o uso consciente do crédito, a fim de evitar o superendividamento.

ENCERRAMENTO